ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 160

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 286, de 07 de maio de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2020,** elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	EMPENHADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)[1]	1.088.823.344,64	1.111.786.660,08	1.141.901.249,82	1.153.469.727,63	1.130.539.353,53	1.115.700.264,51	1.249.453.998,88	1.222.013.252,97	1.170.344.950,74	1.213.060.794,62	1.275.143.039,94	1.358.863.874,62	14.231.100.511,98	7.087.783,35
Pessoal Ativo	580.373.793,53	597.240.196,36	630.761.093,38	630.370.090,91	616.390.734,31	611.500.914,66	656.315.814,81	645.438.589,18	638.833.015,33	690.091.599,66	717.676.729,57	806.420.223,94	7.821.412.795,64	2.032.418,24
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	492.250.170,42	506.146.335,91	538.789.874,45	536.432.860,36	526.026.286,28	525.311.934,08	563.983.980,08	553.764.697,26	550.333.764,09	596.943.978,03	621.617.721,17	699.663.290,66	6.711.264.892,79	1.752.248,67
Obrigações Patronais	87.566.848,94	91.093.860,45	91.970.726,04	93.937.140,79	90.364.448,03	86.188.980,58	92.331.834,73	91.673.891,92	88.499.251,24	93.147.621,63	96.059.008,40	106.756.933,28	1.109.590.546,03	280.169,57
Benefícios Previdenciários	556.774,17	0,00	492,89	89,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	557.356,82	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	508.449.551,11	510.390.744,42	507.338.009,42	519.971.417,44	509.933.773,28	500.501.983,53	588.972.168,77	572.176.636,14	527.546.486,65	517.729.497,02	553.118.081,05	548.482.379,58	6.364.610.728,41	35.432,09
Aposentadorias, Reserva e Reformas	437.185.124,39	438.830.198,61	435.352.825,57	448.112.888,36	438.338.889,99	431.706.346,07	512.542.028,27	499.673.795,89	454.073.527,01	442.358.357,46	477.428.136,82	471.610.736,65	5.487.212.855,09	11.506,20
Pensões	71.264.426,72	71.560.545,81	71.985.183,85	71.858.529,08	71.594.883,29	68.795.637,46	76.430.140,50	72.502.840,25	73.472.959,64	75.371.139,56	75.689.944,23	76.871.642,93	877.397.873,32	23.925,89
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	4.155.719,30	3.802.147,02	3.128.219,28	4.214.845,94	3.697.366,32	4.166.015,30	4.398.027,65	3.965.448,76	5.239.697,94	4.348.229,32	3.961.271,10	45.076.987,93	5.019.933,02
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	143.745.353,89	139.707.659,10	141.863.801,24	167.922.289,98	146.314.941,07	140.470.873,86	250.917.421,04	229.150.333,01	175.693.209,55	168.136.969,55	239.905.545,86	245.433.837,80	2.189.262.235,95	39.923,94
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.586.722,03	5.213.737,67	4.630.553,76	4.641.494,39	6.436.596,56	5.510.091,95	5.433.750,41	7.324.752,56	5.850.993,77	6.206.670,06	5.238.432,27	6.427.212,23	67.501.007,66	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	10.525.067,65	10.256.602,67	6.043.026,27	19.309.034,98	4.183.265,84	3.470.755,51	88.472.905,69	72.805.507,18	20.630.432,08	17.209.502,74	65.557.632,75	31.267.176,22	349.730.909,58	38.290,12
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração [2]	776.638,36	721.226,50	679.936,73	0,00	-194.474,78	275,37	1.821,23	0,00	0,00	0,00	0,00	39.896.871,40	41.882.294,81	1.633,82
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados [3]	127.856.925,85	123.516.092,26	130.510.284,48	143.971.760,61	135.889.553,45	131.489.751,03	157.008.943,71	149.020.073,27	149.211.783,70	144.720.796,75	169.109.480,84	167.842.577,95	1.730.148.023,90	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	945.077.990,75	972.079.000,98	1.000.037.448,58	985.547.437,65	984.224.412,46	975.229.390,65	998.536.577,84	992.862.919,96	994.651.741,19	1.044.923.825,07	1.035.237.494,08	1.113.430.036,82	12.041.838.276,03	7.047.859,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.861.365.172,05	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) [4]	14.255.227,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI) [4]	24.073.077,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	26.823.036.868,05	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	**12.048.886.135,44**	**44,92%**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.143.288.065,34	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.486.123.662,08	46,55%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.828.959.258,81	44,10%

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1.a] Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

[1.b] Foram deduzidas da Despesa Bruta com Pessoal os valores arrecadados relativos ao Ressarcimento de Pessoal Cedido (naturezas de receitas 19239911xx e 79239911xx) nos respectivos meses de arrecadação. Em dezembro foi excluído o valor total arrecadado no ano relativo ao ressarcimento de despesas fora do período de cômputo da despesa com pessoal, contabilizados na conta contábil 8.2.4.1.3.02.00 -Receita de Pessoal Cedido - exercícios anteriores, em conformidade com as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

[1.c] Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

[1.d] Inclusão das despesas executadas na natureza de despesa orçamentária 33.90.59 - Pensões Especiais, referente as seguintes subações: 1039 - Pensão a ex-servidor não estável; 1052 - Pensão a ex-servidor que não contribui para a previdência/IPREV; 1054 - Pensão a viúvas de ex-parlamentares; 1055 - Pensão à família do policial morto no cumprimento do dever - Militar Especial; 1056 - Pagamento de pensão em função de decisão judicial; 1057 - Pensão às viúvas de Juízes de Paz; 1059 - Subsídio a ex-governadores de Estado e 1060 - Pensão às viúvas de ex-governadores.

[1.e] No mês de abril foram incluídas despesas não empenhadas referente à provisão de férias no valor de R$ 11.548.766,61, conforme dados extraídos do relatório SIGEF Imprimir Arquivo Férias por Competência, os quais foram deduzidos no mês de agosto em virtude do empenhamento da despesa. Além disso foram R$ 9.342.282,94 de despesas sem empenho referentes a valores retroativos devidos, conforme processo SEF 3495/2020.

[1.f] Conforme orientação do MDF, as despesas com pessoal relativas ao pagamento dos pensionistas dos demais Poderes e órgãos com poder de autogoverno executadas e pagas na unidade gestora do RPPS/SC foram desconsideradas neste demonstrativo do Poder Executivo. As despesas são identificadas pelas subações: 009659 Pensões - TCE - Fundo Financeiro; 009660 Pensões - TJ - Fundo Financeiro; 009661 Pensões - MPSC - Fundo Financeiro; 009662 Pensões - ALESC - Fundo Financeiro; 014791 Pensão - IPALESC - Fundo Financeiro.

[2.] Na publicação do 1º e 2º quadrimestre são consideradas nesta linha apenas as despesas de exercícios anteriores identificadas no momento do empenho como fora do período de apuração (mês de referência e os onze anteriores). Esta identificação está em subelementos específicos. Na publicação do 3º quadrimestre foi considerado o total das despesas liquidadas no ano, visto que em dezembro de 2020, pode-se afirmar com certeza que todas as despesas de exercícios anteriores estão fora do período de apuração.

[3.] Referem-se as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS/SC.

[4.] Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada são obtidas por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais e de Bancada.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.192.973.232,43	24.452.167.710,62	24.111.718.020,25	24.244.975.321,84
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	20.436.629.245,36	21.819.259.233,06	21.811.029.683,94	21.457.733.765,06
Empréstimos	9.966.574.126,51	11.333.212.825,30	11.224.027.506,67	10.815.291.807,47
Internos	6.803.337.120,64	7.183.832.464,33	7.378.274.138,60	7.491.904.744,63
Externos	3.163.237.005,87	4.149.380.360,97	3.845.753.368,07	3.323.387.062,84
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	9.895.068.968,51	9.923.664.448,11	10.040.286.948,89	10.110.258.210,88
Financiamentos	8.865.957,12	7.055.557,04	5.158.732,20	3.244.863,84
Internos	8.865.957,12	7.055.557,04	5.158.732,20	3.244.863,84
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	566.120.193,22	555.326.402,61	541.556.496,18	528.938.882,87
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	308.989.185,65	303.436.300,26	295.716.563,98	289.650.761,45
De Demais Contribuições Sociais	257.131.007,57	251.890.102,35	245.839.932,20	239.288.121,42
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-			
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos [1]	2.251.849.354,22	2.157.831.606,25	1.874.774.660,59	2.382.114.723,23
Outras Dívidas	504.494.632,85	475.076.871,31	425.913.675,72	405.126.833,55
DEDUÇÕES (II)	3.046.073.829,93	4.110.361.924,09	5.276.852.570,53	5.092.391.146,97
Disponibilidade de Caixa [2]	2.752.318.131,13	3.843.234.597,43	5.021.852.095,26	4.816.501.665,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.218.681.094,76	4.024.792.202,80	5.122.202.543,08	5.015.500.625,96
(-) Restos a Pagar Processados	466.362.963,63	181.557.605,37	100.350.447,82	198.998.960,88
Demais Haveres Financeiros	293.755.698,80	267.127.326,66	255.000.475,27	275.889.481,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	20.146.899.402,50	20.341.805.786,53	18.834.865.449,72	19.152.584.174,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.092.129.460,15	25.228.498.746,71	25.893.150.056,62	26.861.365.172,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	-	16.897.627,00	26.777.627,00	14.255.227,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	25.092.129.460,15	25.211.601.119,71	25.866.372.429,62	26.847.109.945,05
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	92,43	96,99	93,22	90,31
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	80,29	80,68	72,82	71,34
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	50.184.258.920,30	50.423.202.239,42	51.732.744.859,24	53.694.219.890,10
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	45.165.833.028,27	45.380.882.015,48	46.559.470.373,32	48.324.797.901,09

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) [3]	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL [4]	158.880.683.455,78	158.880.683.455,78	158.880.683.455,78	217.828.735.208,02
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	-	-	-	-
RP NÃO PROCESSADOS	773.432.889,24	12.013.839,33	8.085.694,01	684.458.664,22
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	575.381.589,41	720.539.225,35	720.539.225,35	720.539.225,35

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] O saldo dos precatórios a pagar do primeiro quadrimestre corresponde ao valor informado pelo Tribunal de Justiça, conforme processo SEF 4399/2020, pois o lançamento contábil foi regularizado em julho.

[2] Na Disponibilidade de Caixa e Demais Haveres Financeiros foram excluídos os valores vinculados ao RPPS/SC. O RPPS/SC é regulamentado pela Lei Complementar estadual nº 412/2018, a qual regulamenta que a unidade gestora do RPPS é o IPREV (unidade gestora do SIGEF 470022) e constitui o Fundo Financeiro (unidade gestora do SIGEF 470076) como unidade orçamentária de sua unidade gestora, destinado ao pagamento de benefícios previdenciários. Além disso, são excluídos os depósitos de terceiros, tais como cauções e fianças.

[3] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

[4] O Passivo Atuarial de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 era composto pelo Deficit Atuarial registrado nas contas 2.2.7.2.1.01.07 e 2.2.7.2.1.02.06 e pelo valor da Provisão Matemática registrado na conta 2.2.7.2 do Balancete Consolidado. A partir de julho de 2020 o Passivo Atuarial corresponde ao saldo da conta 2.2.7.2 Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo.

Florianópolis, 25 janeiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)[1]	995.613.214,62	1.109.150.769,06	1.310.168.258,67	1.307.231.465,39
Em Operações de Crédito Externas	820.749.111,73	934.790.005,79	1.034.834.689,49	1.124.075.659,48
Em Operações de Crédito Internas	174.864.102,89	174.360.763,27	275.333.569,18	183.155.805,91
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	995.613.214,62	1.109.150.769,06	1.310.168.258,67	1.307.231.465,39
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	25.092.129.460,15	25.228.498.746,71	25.893.150.056,62	26.861.365.172,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	-	16.897.627,00	26.777.627,00	14.255.227,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI -VII)	25.092.129.460,15	25.211.601.119,71	25.866.372.429,62	26.847.109.945,05
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	3,97%	4,40%	5,06%	4,87%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%) sobre a RCL	5.520.268.481,23	5.546.552.246,34	5.690.601.934,52	5.906.364.187,91
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	4.968.241.633,11	4.991.897.021,70	5.121.541.741,06	5.315.727.769,12

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	1.106.867.758,99	1.220.908.653,05	1.320.953.336,75	1.410.194.306,74
Em Garantia às operações de Crédito Externas	820.749.111,73	934.790.005,79	1.034.834.689,49	1.124.075.659,48
Em Garantia às operações de Crédito Internas	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.106.867.758,99	1.220.908.653,05	1.320.953.336,75	1.410.194.306,74
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] O valor das garantias concedidas foram atualizados com base nas amortizações feitas, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais.

O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

Assinou, também, um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08 , destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Além disso, o Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarntia com a Celesc Distriubição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de U$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	25.177.743,86	145.642.315,99
Interna	25.177.743,86	145.642.315,99
Empréstimos	25.177.743,86	131.344.619,84
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	-	14.297.696,15
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	-	-
TOTAL (III)	25.177.743,86	145.642.315,99

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	26.861.365.172,05	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§1, art. 166-A da CF) (V)	14.255.227,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.847.109.945,05	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	131.344.619,84	0,49%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.295.537.591,21	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	3.865.983.832,09	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.879.297.696,15	7,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito. O valor informado corresponde ao recebimento do subcrédito A - Proinveste do contrao BNDES - CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO autorizado pelas Lei 15.830/12 e 15.82/2012, contabilizados na natureza de receita 2119001101 – BNDES – Programa Caminhos do Desenvolvimento Lei 15.830 e 15.882/2012 e identificados no relatório SIGEF Resumo dos Recebimentos e Pagamentos dos Empréstimos da Dívida Pública, no módulo de Gestão da Dívida Pública.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA [1]	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigaçãoes Finaceiras [2]					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a – (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**1.915.127.382,03**	**3.251,68**	**89.729.532,50**	**-**	**32.771.602,91**	**-**	**1.792.622.994,94**	**202.402.026,51**	**-**	**1.590.220.968,43**
Recursos Ordinários	1.183.392.783,18	3.251,68	53.361.460,71	-	32.196.284,25	0,00	1.097.831.786,54	84.594.664,04	0,00	1.013.237.122,50
Outros Recursos não Vinculados	731.734.598,85	0,00	36.368.071,79	-	575.318,66	-	694.791.208,40	117.807.362,47	-	576.983.845,93
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**2.269.817.442,94**	**2.256.172,81**	**134.588.467,91**	**-**	**218.151.430,04**	**-**	**1.914.821.372,18**	**402.350.552,08**	**-**	**1.512.470.820,10**
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação [3]	110.741.027,90	2.024,75	32.187.348,25	-	1.586.180,56	-	76.965.474,34	48.328.615,80	-	28.636.858,54
Transferências do FUNDEB	110.962.548,51	-	12.837.488,30	-	19.104.699,40	-	79.020.360,81	1.184.642,17	-	77.835.718,64
Outros Recursos Vinculados à Educação	429.479.479,72	1.833,21	7.084.400,10	-	3.824,66	-	422.389.421,75	20.129.702,35	-	402.259.719,40
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde [3]	230.947.281,32	2.154.371,72	44.609.633,22	-	61.856.577,24	-	122.326.699,14	122.326.699,14	-	-
Outros Recursos Vinculados à Saúde	387.440.605,66	3.357,60	14.175.500,95	-	10.012.049,18	-	363.249.697,93	103.858.811,87	-	259.390.886,06
Recursos Vinculados à Assistência Social	4.673.378,73	-	29.034,08	-	-	-	4.644.344,65	127.594,52	-	4.516.750,13
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário [4]	272.464,89	-	21.528,25	-	69.341.420,99	-	- 69.090.484,35	7.598.426,36	-	- 76.688.910,71
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	335.497.278,32	8.915,91	-	-	-	-	335.488.362,41	16.809.732,48	-	318.678.629,93
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	13.471.446,45	-	75.334,91	-	17,00	-	13.396.094,54	27.394,30	-	13.368.700,24
Outros Recursos Vinculados	646.331.931,44	85.669,62	23.568.199,85	-	56.246.661,01	-	566.431.400,96	81.958.933,09	-	484.472.467,87
TOTAL (III) = (I + II)	**4.184.944.824,97**	**2.259.424,49**	**224.318.000,41**	**-**	**250.923.032,95**	**-**	**3.707.444.367,12**	**604.752.578,59**	**-**	**3.102.691.788,53**

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] O valor da coluna de Disponibilidade de Caixa Bruta é composta por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras consideradas equivalente de caixa. Dessa forma, não foram considerados os valores dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS/SC, contabilizados nas contas 1.1.4. Para fins de elaboração deste demonstrativo foram utilizadas as contas de controle por fonte de recursos (8.2.1.7.1.01, 8.2.1.7.4.01 e 8.2.1.7.4.02).

[2] O valor da coluna Demais Obrigações Financeiras representa o valor a pagar de consignações, restos processados cancelados e despesas sem prévio empenho contabilizados nas contas 2.1.8.8.1.01, 2.1.3.1.1.01.01, 2.2.3.1.1.01 e 2.1.8.9.1.28, respectivamente. Além disso, foi somado o valor de R$ 9.342.282,94 (linha recursos ordinários não vinculados) relativo aos valores retroativos devidos em folha de pagamento, conforme processo SEF 3495/2020.

[3] Foram somados R$ 72.212.308,49 e R$ 201.180.605,30 nas linhas Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação e Saúde, referente a disponibilidade da Educação e da Saúde na conta única do Tesouro.

[4] O RPPS/SC possui saldo de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (registrados nas contas 1.1.4) no valor de R$ 605.159.099,15, já descontado os depósitos de terceiros contabilizados na fonte extraorçamentária 9.9.99.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	26.861.365.172,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	26.847.109.945,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	26.823.036.868,05

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.048.886.135,44	44,92
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	13.143.288.065,34	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	12.486.123.662,08	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	11.828.959.258,81	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	19.152.584.174,87	71,34
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	53.694.219.890,10	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.307.231.465,39	4,87
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.906.364.187,91	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	131.344.619,84	0,49
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	4.295.537.591,21	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.879.297.696,15	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	604.752.578,59	3.707.444.367,12

FONTE: Anexos do RGF - 3º Quadrimestre 2020 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 25 de janeiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 204

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 286, de 07 de maio de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional, **a republicação, por incorreção do anterior, do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2020,** elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DE RESTOS A PAGAR - Republicação
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA [1]	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigaçãoes Finaceiras [2]					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a – (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**1.845.303.356,79**	**3.251,68**	**89.729.532,50**	**-**	**32.771.602,91**	**-**	**1.722.798.969,70**	**202.402.026,51**	**-**	**1.520.396.943,19**
Recursos Ordinários	1.113.568.757,94	3.251,68	53.361.460,71	-	32.196.284,25	0,00	1.028.007.761,30	84.594.664,04	0,00	943.413.097,26
Outros Recursos não Vinculados	731.734.598,85	0,00	36.368.071,79	-	575.318,66	-	694.791.208,40	117.807.362,47	-	576.983.845,93
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**2.339.641.468,18**	**2.256.172,81**	**134.588.467,91**	**-**	**218.151.430,04**	**-**	**1.984.645.397,42**	**402.350.552,08**	**-**	**1.582.294.845,34**
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação [3]	180.565.053,14	2.024,75	32.187.348,25	-	1.586.180,56	-	146.789.499,58	48.328.615,80	-	98.460.883,78
Transferências do FUNDEB	110.962.548,51	-	12.837.488,30	-	19.104.699,40	-	79.020.360,81	1.184.642,17	-	77.835.718,64
Outros Recursos Vinculados à Educação	429.479.479,72	1.833,21	7.084.400,10	-	3.824,66	-	422.389.421,75	20.129.702,35	-	402.259.719,40
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde [3]	230.947.281,32	2.154.371,72	44.609.633,22	-	61.856.577,24	-	122.326.699,14	122.326.699,14	-	-
Outros Recursos Vinculados à Saúde	387.440.605,66	3.357,60	14.175.500,95	-	10.012.049,18	-	363.249.697,93	103.858.811,87	-	259.390.886,06
Recursos Vinculados à Assistência Social	4.673.378,73	-	29.034,08	-	-	-	4.644.344,65	127.594,52	-	4.516.750,13
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário [4]	272.464,89	-	21.528,25	-	69.341.420,99	-	- 69.090.484,35	7.598.426,36	-	- 76.688.910,71
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	335.497.278,32	8.915,91	-	-	-	-	335.488.362,41	16.809.732,48	-	318.678.629,93
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	13.471.446,45	-	75.334,91	-	17,00	-	13.396.094,54	27.394,30	-	13.368.700,24
Outros Recursos Vinculados	646.331.931,44	85.669,62	23.568.199,85	-	56.246.661,01	-	566.431.400,96	81.958.933,09	-	484.472.467,87
TOTAL (III) = (I + II)	**4.184.944.824,97**	**2.259.424,49**	**224.318.000,41**	**-**	**250.923.032,95**	**-**	**3.707.444.367,12**	**604.752.578,59**	**-**	**3.102.691.788,53**

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] O valor da coluna de Disponibilidade de Caixa Bruta é composta por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras consideradas equivalente de caixa. Dessa forma, não foram considerados os valores dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS/SC, contabilizados nas contas 1.1.4. Para fins de elaboração deste demonstrativo foram utilizadas as contas de controle por fonte de recursos (8.2.1.7.1.01, 8.2.1.7.4.01 e 8.2.1.7.4.02).

[2] O valor da coluna Demais Obrigações Financeiras representa o valor a pagar de consignações, restos processados cancelados e despesas sem prévio empenho contabilizados nas contas 2.1.8.8.1.01, 2.1.3.1.1.01.01, 2.2.3.1.1.01 e 2.1.8.9.1.28, respectivamente. Além disso, foi somado o valor de R$ 9.342.282,94 (linha recursos ordinários não vinculados) relativo aos valores retroativos devidos em folha de pagamento, conforme processo SEF 3495/2020.

[3] Foram somados R$ 142.036.333,73 e R$ 201.180.605,30 nas linhas Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação e Saúde, referente a disponibilidade da Educação e da Saúde na conta única do Tesouro.

[4] O RPPS/SC possui saldo de Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo (registrados nas contas 1.1.4) no valor de R$ 605.159.099,15, já descontado os depósitos de terceiros contabilizados na fonte extraorçamentária 9.9.99.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 402/2021

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 286, de 07 de maio de 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal Consolidado**, relativo ao **terceiro quadrimestre de 2020** e a **republicação** do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, relativos ao terceiro quadrimestre de 2020, publicados no Diário Oficial do Estado nº 21.447, de 29 de janeiro de 2021. Todos os demonstrativos foram elaborados com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.192.973.232,43	24.452.167.710,62	24.111.718.020,25	24.114.475.029,76
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	20.436.629.245,36	21.819.259.233,06	21.811.029.683,94	21.358.842.506,11
Empréstimos	9.966.574.126,51	11.333.212.825,30	11.224.027.506,67	10.730.930.478,34
Internos	6.803.337.120,64	7.183.832.464,33	7.378.274.138,60	7.427.800.239,23
Externos	3.163.237.005,87	4.149.380.360,97	3.845.753.368,07	3.303.130.239,11
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	9.895.068.968,51	9.923.664.448,11	10.040.286.948,89	10.095.728.281,06
Financiamentos	8.865.957,12	7.055.557,04	5.158.732,20	3.244.863,84
Internos	8.865.957,12	7.055.557,04	5.158.732,20	3.244.863,84
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	566.120.193,22	555.326.402,61	541.556.496,18	528.938.882,87
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	308.989.185,65	303.436.300,26	295.716.563,98	289.650.761,45
De Demais Contribuições Sociais	257.131.007,57	251.890.102,35	245.839.932,20	239.288.121,42
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-			
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos [1]	2.251.849.354,22	2.157.831.606,25	1.874.774.660,59	2.350.505.690,10
Outras Dívidas	504.494.632,85	475.076.871,31	425.913.675,72	405.126.833,55
DEDUÇÕES (II)	3.046.073.829,93	4.110.361.924,09	5.276.852.570,53	5.092.391.146,97
Disponibilidade de Caixa [2]	2.752.318.131,13	3.843.234.597,43	5.021.852.095,26	4.816.501.665,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.218.681.094,76	4.024.792.202,80	5.122.202.543,08	5.015.500.625,96
(-) Restos a Pagar Processados	466.362.963,63	181.557.605,37	100.350.447,82	198.998.960,88
Demais Haveres Financeiros	293.755.698,80	267.127.326,66	255.000.475,27	275.889.481,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	20.146.899.402,50	20.341.805.786,53	18.834.865.449,72	19.022.083.882,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.092.129.460,15	25.228.498.746,71	25.893.150.056,62	26.861.365.172,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	-	16.897.627,00	26.777.627,00	14.255.227,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	25.092.129.460,15	25.211.601.119,71	25.866.372.429,62	26.847.109.945,05
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	92,43	96,99	93,22	89,82
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	80,29	80,68	72,82	70,85
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	50.184.258.920,30	50.423.202.239,42	51.732.744.859,24	53.694.219.890,10
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	45.165.833.028,27	45.380.882.015,48	46.559.470.373,32	48.324.797.901,09

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) [3]	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL [4]	158.880.683.455,78	158.880.683.455,78	158.880.683.455,78	217.828.735.208,02
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	-	-	-	-
RP NÃO PROCESSADOS	773.432.889,24	12.013.839,33	8.085.694,01	684.458.664,22
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	575.381.589,41	720.539.225,35	720.539.225,35	720.539.225,35

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

[1] O saldo dos precatórios a pagar do primeiro quadrimestre corresponde ao valor informado pelo Tribunal de Justiça, conforme processo SEF 4399/2020, pois o lançamento contábil foi regularizado em julho.

[2] Na Disponibilidade de Caixa e Demais Haveres Financeiros foram excluídos os valores vinculados ao RPPS/SC. O RPPS/SC é regulamentado pela Lei Complementar estadual nº 412/2018, a qual regulamenta que a unidade gestora do RPPS é o IPREV (unidade gestora do SIGEF 470022) e constitui o Fundo Financeiro (unidade gestora do SIGEF 470076) como unidade orçamentária de sua unidade gestora, destinado ao pagamento de benefícios previdenciários. Além disso, são excluídos os depósitos de terceiros, tais como cauções e fianças.

[3] Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".

[4] O Passivo Atuarial de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 era composto pelo Deficit Atuarial registrado nas contas 2.2.7.2.1.01.07 e 2.2.7.2.1.02.06 e pelo valor da Provisão Matemática registrado na conta 2.2.7.2 do Balancete Consolidado. A partir de julho de 2020 o Passivo Atuarial corresponde ao saldo da conta 2.2.7.2 Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo.

Florianópolis, 22 fevereiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - **PODER EXECUTIVO**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	26.861.365.172,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	26.847.109.945,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	26.823.036.868,05

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.048.886.135,44	44,92
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	13.143.288.065,34	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	12.486.123.662,08	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	11.828.959.258,81	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	19.022.083.882,79	70,85
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	53.694.219.890,10	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	1.307.231.465,39	4,87
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.906.364.187,91	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	131.344.619,84	0,49
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	4.295.537.591,21	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.879.297.696,15	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	604.752.578,59	3.102.691.788,53

FONTE: Anexos do RGF - 3º Quadrimestre 2020 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO